A construção da identidade operária brasileira:

aspectos de uma trajetória historiográfica (do nacional ao local)*

Isabel Bilhão*

Resumo: Este artigo têm dois objetivos principais. Inicialmente, propõe-se a analisar alguns aspectos da trajetória historiográfica percorrida pela discussão relacionada à construção da identidade nos estudos da história operária brasileira. Enfatizam-se, nessa abordagem, as contribuições recebidas pelos historiadores do mundo do trabalho, pelos sociólogos e pelos antropólogos que têm estudado, cada vez mais, as condições de existência diárias e as relações cotidianas do operariado. Em seguida, relaciona-se essa discussão a uma pesquisa acerca da construção da identidade do operariado de Porto Alegre na virada do século XIX para o XX e nas primeiras décadas do século XX.

Palavras-chave: Historiografia, Identidade, Movimento Operário

Abstract: This paper presents two main objectives, initially proposed to analyze some aspects of the path traveled by the historiographical discussion concerning the construction of identity in studies of history working in Brazil, emphasizing, in this approach, the contributions made by historians in the world of work of sociologists and anthropologists who have studied more conditions of daily existence and the daily interactions of the working class, then seeks to relate this discussion to a survey about the construction of the identity of Porto Alegre labor at the turn and the first decades of the twentieth century.

Keywords: Historiography, Identity, Labor Moviment

Este artigo tem por base um trabalho precedente, o doutorado que foi publicado com o título "Identidade trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920)". Entretanto, não se pretende oferecer uma "autorresenha" daquele livro, mas buscar, como explicitado no resumo, mapear, ainda que parcialmente os estudos acadêmicos dedicados à vida operária brasileira que têm abordado a questão da "identidade", algo como um roteiro historiográfico que talvez possa servir àqueles que, mais recentemente, têm se engajado nessa discussão. Na segunda parte, **apresentam-se** os pontos de diálogo dessa historiografia com as pesquisas realizadas no Rio Grande do Sul, base empírica e geográfica do trabalho, e

^{*} Versões anteriores deste texto foram apresentadas nos Encontros da LASA/Rio de Janeiro, de 2009 e ICA/Cidade do México, de 2009. Agradeço aos participantes de ambos os simpósios pelas discussões e pelas sugestões que colaboram para o transformar neste texto.

Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina, bilhao@uel.br

¹ BILHÃO, Isabel. *Identidade trabalho*: uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920). Londrina: EDUEL, 2008.

expõem-se, resumidamente, as discussões e os aportes desenvolvidos na investigação de doutorado supracitada.

Cabe, inicialmente, observar que os estudos mais recentes sobre o mundo do trabalho vêm demonstrando a necessidade de se pensar as vivências operárias com base não apenas do locus de produção, mas também em seus ambientes de moradia e de sociabilidade. Além disso, esses estudos apontam que é necessário trabalhar com noções como as de cultura, de tradição, de costumes e de comunidade, procurando verificar o processo de construção identitária tanto através da superação de uma visão determinista das estruturas sociais em relação aos grupos e indivíduos, quanto por meio de uma abordagem que privilegie a interação entre os sujeitos sociais que contracenam e negociam, diariamente, com outros indivíduos e grupos dentro da sociedade na qual estão inseridos, entrecruzando, assim, os olhares de diferentes áreas do conhecimento.

Ao longo da década de 1980, ocorreram várias mudanças na vida política e cultural brasileira que, por sua vez, refletiram-se na cena acadêmica e nos estudos históricos. Embora essa discussão fuja ao âmbito deste artigo, é interessante observar, com base nas considerações de Ângela de Castro Gomes, que aquele momento propiciou o desenvolvimento de um conjunto rico e diversificado de estudos na área de humanidades. Nas palavras da autora, a produção histórica:

> [...] retomava o grande tema da questão social, recusando a predominância de um enfoque socioeconômico mais estrutural e passando a privilegiar abordagens que ressaltavam variáveis políticas e culturais, para um melhor entendimento das relações sociais construídas entre dominantes e dominados. Com isso, ao lado de categorias já empregadas e que não são abandonadas, como a de classe social e ideologia, outras são introduzidas e consideradas de eficaz valor explicativo, como é o caso das de etnia, pacto, negociação e cultura política [...].²

Essa mudança contemplou ainda uma nova opção historiográfica que conquistou importância nas reflexões sobre o mundo do trabalho, na qual a história operária deixou de ser, unicamente, a história do movimento operário organizado, em que sindicatos, partidos e correntes ideológicas deixaram de ocupar, sozinhos, o centro das preocupações e passaram a compartilhar espaços, cada vez maiores, com a análise das condições de existência diárias e das relações cotidianas do operariado.

² GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n.º 34, 157-186 julho/dezembro, 2004, p. 159.

No Brasil, essa postura historiográfica liga-se a uma visão da história do mundo do trabalho que deve muito aos estudos de E. P. Thompson, especialmente, à sua obra clássica "Formação da classe operária inglesa", publicada, no país, em 1987³. Das reflexões formuladas por Thompson, destacam-se três de grande repercussão. Primeiramente, a de que, no interior da classe operária, existem homens e mulheres, os quais, em suas relações de produção, convivem com uma cultura e com expectativas herdadas ao mesmo tempo em que moldam essas experiências em novas formas culturais⁴. Ou seja, a percepção do caráter dinâmico da experiência, do "fazerse classe", que ocorre através da interação de inúmeros fatores, dentre eles: as tradições políticas, os costumes de trabalho, a formação religiosa, a divulgação de ideias por meio de textos de diversos pensadores, a legislação ou o combate a ela⁵.

Em segundo lugar, a sua concepção de que a consciência de classe não pode ser analisada, separadamente, do processo histórico do "fazer-se classe", pois é nele que, dinamicamente, o conjunto dos trabalhadores, enquanto se constitui como classe, adquire consciência disso. Dessa forma, segundo Thompson, "a classe acontece quando alguns homens, como resultados de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus"⁶.

E, finalmente, a ideia de que a classe operária constitui-se e é formada em diversos "campos de batalha". Assim, se por um lado, é necessário pensá-la de forma distinta e em oposição aos interesses dos patrões, por outro, os trabalhadores também buscam se diferenciar das classes inferiores ou "perigosas", afastando-se de seu mundo de miséria, de doenças e de insegurança. Dessa forma, a consciência da classe operária, que se constrói no enfrentamento e na percepção da exploração em relação às classes superiores, também é constituída através da diferenciação em relação às classes subalternas, com as quais os operários não querem ser confundidos'.

Essas proposições motivaram o surgimento de alguns novos problemas de pesquisa e inquietações entre os historiadores brasileiros do mundo do trabalho. Dentre elas, destaca-se a percepção de que a dinâmica do "fazer-se classe" e, ao mesmo tempo, do se perceber como tal é perpassada por um processo de construção identitária dos operários, que estabelecem critérios e estratégias de reconhecimento

³ Especialmente, THOMPSON, E. P. *Formação da classe operária inglesa*. 3 Vols. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁴ Ibidem, Vol. I, p. 10.

⁵ Ibidem, Vol. II, p. 18.

⁶ Ibidem, p. 10.

⁷ Ibidem, Vol. III, pp. 418-419.

e distinção. Isso significa dizer que a construção da consciência de pertencimento a uma classe é indissociável da percepção identitária que os operários constroem entre si e em relação às outras classes sociais.

No que se refere aos estudos relacionados ao mundo do trabalho, no Brasil, é importante salientar que, em princípios da década de 1980, foi o "olhar antropológico" o primeiro a analisá-lo. Um dos marcos iniciais dessa discussão deu-se no encontro realizado, em 1982, pela Associação Brasileira de Antropologia, no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, que teve como tema "Questões sobre cultura operária".

Alguns dos textos apresentados, naquele encontro, foram publicados, juntamente com outros artigos, no livro "Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora", lançado, em 1987, coordenado por José Sérgio Leite Lopes⁸. Esse estudo analisou as questões de cultura e de identidade operária, demonstrando um alargamento das possibilidades analíticas, especialmente, através de novas abordagens teóricas e metodológicas que privilegiavam diferentes vias de acesso à "cultura operária". Além disso, elas buscavam uma observação conjunta e complementar das visões histórica e antropológica e da relação entre os particularismos dos grupos estudados com as questões mais gerais da formação da classe trabalhadora.

No âmbito dos historiadores, um dos primeiros trabalhos a abordar a questão da identidade é "A vida fora das fábricas", de Maria Auxiliadora de Decca, publicado em 1987, e que trata da história dos trabalhadores de São Paulo na década de 1930. Tendo como fonte principal os jornais sindicais, analisa as afirmações de uma tradição operária e as reivindicações de uma identidade operária vistas em contraposição à desvalorização do trabalhador em um momento de desqualificação do trabalho e de condições adversas do mercado. Ou seja, o enfoque principal da obra é o de que a reivindicação de uma identidade operária pode ser entendida como uma estratégia de luta e de busca de valorização social dos trabalhadores. Embora essa seja uma análise possível, parece que, devido ao seu pioneirismo, o trabalho ainda tendia a enxergar a dinâmica da construção identitária mais como um recurso das lideranças na luta contra a exploração, transformando-a em algo exterior à própria classe.

Em 1992, Cláudio Batalha dedicou-se a analisar o tema em um artigo intitulado "Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade" 10. Nele, discutindo a "atipicidade" da classe operária brasileira, problematizou a ideia de

⁸ LOPES, José Sérgio Leite. (coord.). *Cultura e identidade operária*: aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/Marco Zero, 1987.

⁹ DECCA, Maria Auxiliadora G. de. *A vida fora das fábricas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹⁰ BATALHA. Cláudio. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade. Revista Brasileira de História. São Paulo: [s.e.], V. 12, nsº. 23-24, p. 111-124, set./ago., 1992.

imaturidade dos trabalhadores, presente tanto em análises acadêmicas quanto nas falas das lideranças operárias. Essa leitura é percebida, no texto, como fruto de uma recorrência ao paradigma no qual o operariado europeu representa sempre uma "imagem oposta e positiva daquilo que no operariado brasileiro só assume um caráter negativo"11. Segundo Batalha, esse procedimento caracterizar-se-ia como um recurso das lideranças, no sentido de apontar ao operariado como deveria ser - em suas palavras: "Esses paradigmas, constituídos pelas experiências da classe operária na Europa, são, portanto, pontos de referência, horizontes, na busca da identidade e da legitimidade empreendida pela classe operária no Brasil."12

Na visão de Batalha, é em torno da ética do trabalho que se pode encontrar um dos mais fortes referenciais da criação da identidade operária. É através dela "que se inicia a distinção entre 'bons cidadãos' e 'classes perigosas' nas sociedades capitalistas", observando, nesse sentido, que tanto o combate ao ócio quanto ao alcoolismo são tarefas que parecem se equivaler no "esforço de conscientização do operariado". O trabalho tende a se tornar, dessa maneira, "um fator de forte legitimação social numa sociedade que nega qualquer legitimidade às classes subalternas" 13.

Artur José Renda Vitorino, em seu livro "Máquinas e operários: mudanças técnicas e sindicalismo gráfico" ¹⁴, também aborda aspectos da construção identitária, em um estudo comparativo entre as organizações e as vivências dos gráficos do Rio de Janeiro e de São Paulo, no período de 1858 a 1912. Um dos subcapítulos de seu trabalho, intitulado "A formação da identidade de classe do trabalhador gráfico", concentra-se na descrição das condições de vida e de trabalho desses trabalhadores. Essa opção acaba por limitar o seu estudo, uma vez que a mera descrição não consegue, sem uma análise mais aprofundada, explicitar satisfatoriamente o conceito - identidade de classe -, que termina por aparecer apenas no título.

Recentemente, Vitorino retomou essa discussão em seu artigo "Os sonhos dos tipógrafos na Corte Imperial Brasileira"15. Nesse estudo, apesar de não se propor, explicitamente, a discutir a identidade operária, analisou, através de periódicos do período, o que foi por ele chamado de "sentidos constitutivos de identidade para os

¹² BATALHA. Cláudio. op. cit... p. 120.

¹¹ BATALHA. op. cit .p. 116.

¹³ Ibidem, p. 116-120.

¹⁴ VITORINO, Artur José Renda. *Máquinas e operários*: mudanças técnicas e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858 – 1912). São Paulo: Annablume, FAPESP, 2000.

¹⁵ Idem. Os sonhos dos tipógrafos na Corte Imperial Brasileira. In: BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre (orgs.). Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, pp. 167-203.

operários tipógrafos" 16, destacando aqueles voltados para a transmissão de princípios morais: o amor ao trabalho e à família, a amizade e aqueles que enalteciam a importância e a qualificação da atividade, que passava a receber "foro de nobreza" e, através dos quais, o tipógrafo era apresentado como "o mais eficaz soldado da redenção social." 17

Sobre esses enaltecimentos, o autor formula as seguintes questões: "Estariam eles satisfeitos com seu trabalho? Ou, pelo contrário, por justamente se sentirem insatisfeitos que eles precisavam cantar hinos de louvor ao trabalho e de júbilo à sua profissão?". Vitorino conclui, então, que, se por um lado, independente de todas as dificuldades, o trabalho representava um fator de dignificação e era a base da construção da identidade de tipógrafo, por outro lado, as "energias psíquicas" dos tipógrafos não estavam concentradas somente no trabalho, porque "o mundo que os rodeava era muito mais do que só trabalhar"18. Com essa conclusão, o artigo deixa entrever que existiriam inúmeros fatores externos ao mundo das oficinas, igualmente importantes na construção da identidade operária dos tipógrafos que, entretanto, não aparecem em sua análise.

Teresa Malatian já havia enfrentado esse problema ao analisar as transformações das formas de trabalho dos sapateiros de Franca (SP), ao longo da primeira metade do século XX. Enfocando as mudanças tecnológicas e o crescimento da atividade fabril, percebeu que a identidade estava, diretamente, associada ao conhecimento do ofício, chegando à conclusão de que

> com a introdução de máquinas, o antigo 'ofício' foi modificando-se e com ele a identidade do sapateiro, que passou a se considerar cada vez menos um artista e cada vez mais um operário como qualquer outro [...] o saber do sapateiro, que se identificava com seu 'ofício' foi apropriado pela fábrica. 19

¹⁷ Idem. Os sonhos dos tipógrafos na Corte Imperial Brasileira. In: BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre (orgs.). Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, pp. 167-203, p. 168.

¹⁸ Idem. Os sonhos dos tipógrafos na Corte Imperial Brasileira. In: BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre (orgs.). Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, pp. 167-203, p. 202.

¹⁹ MALATIAN, Teresa. Memórias de sapateiros: transformações no mundo do trabalho e identidade. Texto apresentado em comunicação coordenada. In: XXI Simpósio Nacional de História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 22 a 27 de julho de 2001.

¹⁶ Idem. Os sonhos dos tipógrafos na Corte Imperial Brasileira. In: BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre (orgs.). Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, pp. 167-203, p. 167.

Esses últimos trabalhos ainda tendiam a observar a constituição da identidade de um grupo de trabalhadores de maneira restrita aos domínios do conhecimento e/ou da honorabilidade do ofício. Entretanto, a partir do final da década de 1990, novos trabalhos demonstraram que mesmo que tais aspectos possam ser vistos, de fato, como fatores importantes, não são os únicos, pois já não se pode desconsiderar que as vivências "fora das fábricas" e das oficinas em muito contribuíram para a construção e a transformação da identidade dos operários.

Um exemplo, nesse sentido, é o estudo de mestrado de Osvaldo Batista Acioly Maciel, defendido em 2004, e, recentemente, publicado em livro²⁰. Nele, utilizando-se da imprensa operária de Alagoas e de Recife, o autor discute, não apenas, as transformações na lógica e nos processos de trabalho enfrentados pelos trabalhadores gráficos de Maceió, observadas através da análise das características assumidas pelos discursos de valorização do trabalho e de defesa do socialismo. Indo além, procura pensar essas transformações nas suas relações possíveis com as novas formas de sociabilidades percebidas nas ruas da cidade e nos lares operários.

O seu terceiro capítulo foi dedicado a "caracterizar traços de uma identidade coletiva dos 'filhos do trabalho' e de sua valorização". Nele, o autor procurou reconstruir as principais características da ética disciplinar do trabalho veiculadas pela elite local, percebendo, entretanto, de que "assim como os trabalhadores são alvos de um projeto de disciplinamento e enquadramento de seu mundo do trabalho subordinado ao capital, eles forjam para si uma outra identidade de valorização positiva de seu ofício, de resistência e oposição classista". Dessa forma, Maciel nota, de forma inovadora, que esses processos constitutivos de identidades coletivas precisam ser pensados sempre de maneira relacional. Outra característica inovadora desse trabalho é a percepção de que, mesmo que o discurso identitário possa ser expresso de forma inteligível e transformado em conteúdo programático, para se estabelecer, precisa atingir o âmbito do cotidiano, "dos hábitos e atitudes internalizados nas práticas sociais efetivadas na rotina do dia-a-dia"²¹.

Nesse mesmo período, em 2004, foi publicada a obra "Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado", organizada por Cláudio Batalha, Fernando Teixeira da Silva e Alexandre Fortes. Trata-se de uma coletânea de artigos de historiadores, de sociólogos e de antropólogos, brasileiros e estrangeiros, dentre eles, o citado de Artur José Vitorino, dedica-se a um amplo panorama dos estudos históricos

_

²⁰ MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *Trabalhadores, identidade de classe e socialismo*: os gráficos de Maceió (1895-1905). Maceió: EDUFAL, 2009.

²¹ MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *Trabalhadores, identidade...* op. cit., pp. 20-21.

da "cultura operária", entendida, segundo os organizadores, "mais como um campo de discussão do que propriamente como um conceito"²².

Das várias abordagens apresentadas, chamam a atenção as discussões que animam o debate teórico sobre a história do trabalho inglês, tratadas nos textos de Mike Savage²³ e de Nevilie Kirk²⁴. Esses artigos discutem a tensão entre os elementos integradores e desintegradores da experiência de classe, apresentando as visões da classe operária, por um lado, como "totalidade cultural consolidada, com práticas, símbolos e instituições claramente diferenciadas" 25 e, por outro, como fruto do "processo marcado pela multiplicidade de experiências, pela flexibilidade dos costumes e pela circulação de valores"26.

É em meio a essa tensão que se acredita que vem sendo analisada, em diferentes contextos e escalas, a construção da identidade operária, tendo em mente que "tanto elementos sociais e culturais desagregadores quanto estratégias de resolução ou atenuação dos conflitos em busca de unidade fazem parte das experiências vividas pelas coletividades operárias"²⁷.

Segundo essa proposição, o traço distintivo da vida operária não se apoia, exclusivamente, no processo de trabalho, mas, especialmente para aqueles que não fazem parte de uma "aristocracia operária", na "insegurança estrutural" vivida pelos trabalhadores nas sociedades capitalistas. Para Savage, essa formulação ajuda superar reducionismos, uma vez que o dado básico da insegurança não implica nenhuma forma específica de desdobramento na consciência de classe ou na política expressa pelos trabalhadores e também não está relacionado com a união do operariado, em detrimento de rivalidades internas. Mas, "reforça a necessidade de olhar para os fatores contextuais que explicam como a própria carência geral dos trabalhadores em lidar com tal insegurança conduz a diferentes tipos de resultados culturais e políticos."28

Seria, portanto, o primado da análise das peculiaridades locais²⁹ e conjunturais, em detrimento de um modelo estruturalista, na formação da classe operária. Essa

²² BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de...* op. cit. p.

²³ SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In: Ibidem, pp. 25-48.

²⁴ KIRK, Neville. Cultura: costume, comercialização e classe. In: Ibidem, pp. 49-70.

²⁵ KIRK, Neville. Cultura: costume, comercialização e classe. In: Ibidem, pp. 49-70, p. 50

²⁶ KIRK, Neville. Cultura: costume, comercialização e classe. In: Ibidem, pp. 49-70, **p. 51.**

²⁷ BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de...* op. cit. pp. 12-15.

²⁸ Ibidem, p. 33.

²⁹ É interessante lembrar que Thompson já havia reivindicado, no que se refere ao estudo da classe operária inglesa, esse mesmo cuidado com as "peculiaridades" locais. Cf. THOMPSON, E. P. As

perspectiva é reforçada no artigo de Neville Kirk, especialmente, por sua preocupação em demonstrar que "elementos tanto de diversidade e semelhança quanto de divisão e unidade coexistem entre os trabalhadores". Defende que os trabalhadores só podem ser pensados "nos seus contextos históricos totais e cambiantes", levando-se em consideração que "nem a classe trabalhadora, nem qualquer outra classe social será jamais um ente completamente unido e indiferenciado, fixo e congelado no tempo"³⁰.

Voltando ao âmbito nacional, Emilia Viotti da Costa, ao elaborar, no final dos anos 1990, um balanço sobre os estudos em história social, demonstrava a sua preocupação com o risco da fragmentação que uma visão voltada apenas às especificidades locais poderia causar a esse campo de investigação. A autora alertava para o fato de que, se os historiadores optassem por uma visão que privilegiasse apenas o estudo dos pequenos grupos (trabalhadores, vizinhanças, grupos de jovens etc.), poderiam cair na tentação de criar "ilhas alternativas de cultura", oferecendo apenas "uma compilação não-crítica de detalhes, cuja relevância não é questionada", "um cemitério de fontes ou um museu de curiosidades"³¹.

Por outro lado, Viotti da Costa evidenciava seu otimismo quanto às possibilidades de realização de sínteses que poderiam evitar "todas as formas de reducionismos e de reificação, seja econômico, cultural ou lingüístico", propondo que os estudos em história social procurassem não perder de vista "a articulação entre a micro e a macro-física do poder, [...] que reconhecesse[m] que a subjetividade humana é ao mesmo tempo constituída por e constituinte de realidades sociais"³².

Em 2000, ao comentar a conferência de Beatriz Loner sobre os estudos ligados ao mundo do trabalho no Rio Grande do Sul, ocorrida durante o V Encontro Regional da ANPUH/RS, Silvia Regina Ferrraz Petersen, apontou para as novas possibilidades temáticas que se colocavam para essa área de estudos e assinalou a importância que, dentre outros, o tema identidade operária vinha alcançando nas reflexões dos historiadores. Entre suas inquietações, naquele momento, estava a seguinte interrogação: "Como pensar essa questão em relação à consciência de classe? Esses dois conceitos, aliás, estão sendo muitas vezes utilizados como sinônimos, por assim

-

peculiaridades dos ingleses e outros artigos. NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Sergio (orgs.). Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

³⁰ KIRK, Neville. Cultura: costume, comercialização e classe. In: BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de...* op. cit., pp. 52-53.

³¹ COSTA, Emilia Viotti da. Novos públicos, novas políticas, novas histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural: em busca da dialética. *Anos 90*. Porto Alegre: Revista do PPG em História da UFRGS, nº. 10, pp. 7-22, dez., 1998, p. 17.

³² Ibidem, p. 20.

dizer 'pasteurizando' seus conteúdos, esvaziando os serviços teóricos de cada um deles"33.

A fala de Petersen revelava duas ideias principais. A primeira era a necessidade de se pensar as inovações propostas, para que elas, de fato, pudessem contribuir para o aprofundamento e a sofisticação das análises. A segunda era o visível interesse que o tema estava alcançando nas reflexões dos pesquisadores do assunto que, reunidos no recém-fundado GT Mundos do Trabalho, seção RS, estavam impactados pelo lançamento do estudo de Joan Bak sobre a greve de 1906 na cidade de Porto Alegre³⁴. Tal trabalho foi, muito provavelmente, o primeiro estudo histórico a lidar com a questão das "identidades negociadas" entre os trabalhadores dessa cidade.

No artigo "Class, ethnicity, and gender in Brazil: the negotiation of workers' identities in Porto Alegre's 1906 strike" 35, a autora analisou as transformações identitárias pelas quais passaram os trabalhadores de Porto Alegre, observando-as através de três mudanças estruturais: a introdução de novas modalidades de produção, que desorganizavam os antigos hábitos familiares de trabalho artesanal; o crescimento e a transformação das comunidades que, recebendo novas levas de imigrantes, intensificaram as relações interétnicas no interior do mundo do trabalho e o aumento do número de mulheres assalariadas, que levaram, para o universo operário, questões de gênero as quais, anteriormente, eram vividas apenas em âmbito privado. Bak analisou como, nesse contexto de transformações, os trabalhadores construíram e reconstruíram suas identidades de classe, etnicidade e gênero.

Após o artigo de Bak, os novos trabalhos, produzidos no Rio Grande do Sul, tenderam a demonstrar interesse pela temática. Esse é o caso dos estudos de Regina Weber e Benito Schmidt que, mesmo não enfocando, diretamente, essa problemática, demonstram algumas preocupações em relação à construção identitária dos operários.

³⁴ Essa foi a primeira greve geral do estado do Rio Grande do Sul. Estima-se que a maioria dos operários da cidade tenha paralisado suas atividades durante 21 dias, em outubro de 1906. Além do estudo de Joan Bak, cf. BILHÃO, Isabel. Rivalidades e solidariedades no movimento operário (Porto Alegre 1906-1911). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, pp. 42-68.; PETERSEN, Silvia. Que a União Operária Seja Nossa Pátria! História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria/Porto Alegre: editoraufsm/Ed. Da UFRGS, 2001, pp. 196-215. e SCHMIDT, Benito. De Mármore e de Flores: a primeira greve geral do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS (Col. Síntese Rio-grandense), 2005.

³³ PETERSEN, Silvia R. F. Comentários sobre a conferência história operária proferida pela Profª. Drª. Beatriz Loner. In: História Unisinos - Número Especial: V Encontro Estadual de História da ANPUH/RS. São Leopoldo: Unisinos, (pp. 81-92) Jul/Dez 2001, p. 88.

³⁵ BAK, Joan. Class, ethnicity, and gender in Brazil: the negotiation of workers' identities in Porto Alegre's 1906 Strike. Latin American Research Review. [s.c.], [s.e.], V. 35, number 3, (pp. 83-124), [s.m.], 2000. A versão em português desse estudo foi publicada como: Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na greve de 1906 em Porto Alegre. Métis História e Cultura: Revista de História da Universidade de Caxias do Sul: Caxias do Sul (RS): EDUCS, V. 2, nº. 4, pp. 181-224, jul-dez., 2003.

Weber estudou, em "Os operários e a colméia" ³⁶, os trabalhadores fabris de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, Ijuí, que se originou de um núcleo de colonização alemã. A autora analisou aspectos da *cultura operária* desses trabalhadores, percebidos em documentos escritos e em entrevistas, referentes a seus modos de diversão, a suas condições de vida e a sua participação sindical e política. Uma de suas preocupações foi a análise das relações e das tensões interétnicas estabelecidas, no mundo do trabalho de Ijuí, entre imigrantes, que, mesmo vindos de diversas regiões da Europa, ficaram conhecidos como "teutos", e os "nacionais", antigos moradores da cidade, luso-brasileiros ou mestiços.

Benito Schmidt realizou, em sua tese de doutorado, defendida em 2002 e publicada com o título "Em busca da terra da promissão: a história de dois líderes socialistas" , um estudo histórico e biográfico de dois importantes líderes socialistas atuantes em Porto Alegre, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. O autor preocupou-se em definir, no capítulo "Qual é o nosso socialismo?", os principais aspectos do ideário socialista presentes, naquele momento, em Porto Alegre. Particularmente, tratou das relações entre o ideário socialista e a formação de uma identidade operária. Segundo Schmidt, "a formação dessa identidade era vista [...] como base da almejada ampliação da cidadania, ou seja, eles buscaram, simultaneamente, conquistar para os trabalhadores o 'status' de operários e cidadãos" .

Beatriz Loner, em "Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)³⁹", preocupou-se em ampliar a análise do conceito de classe, procurando fugir de visões deterministas ou economicistas. A autora propôs-se a entender a construção de classe através das relações entre indivíduos que, estando inseridos na estrutura produtiva, compartilhavam experiências e semelhanças nos modos de vida, o que os levavam a um processo de identificação e a formas de ação comum.

Alexandre Fortes, em "Nós do quarto distrito – a classe trabalhadora portoalegrense e a era Vargas⁴⁰", observou a sobreposição das relações interétnicas e de

-

³⁶ WEBER, Regina. *Os operários e a colméia*: trabalho e etnicidade no sul do Brasil. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. (Tese de Doutorado), 1996. Esse trabalho foi publicado com o mesmo título pela editora da Unijuí, em 2002.

³⁷ SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promissão*: a história de dois líderes socialistas. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

³⁸ Ibidem, p. 372.

³⁹ LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe*: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Ed. Universitária: Unitrabalho, 2001. Esse livro é parte de sua tese de doutorado, realizada junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS.

⁴⁰ FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito – a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2001. (Tese de doutorado). Trabalho publicado, com o mesmo título, Caxias do Sul (RS): EDUCS, 2004.

classe em uma população de trabalhadores formada por meio de um diversificado fluxo migratório, tanto de "brasileiros", quanto de imigrantes do Leste europeu, que passaram a conviver com industriais, em sua maioria, teuto-brasileiros. Dessa análise, salientam-se as discussões acerca da forma como esses operários precisaram conviver e definir seus espaços sociais e culturais na cidade, em momentos marcados pela emergência de conflitos internacionais no período entre as guerras.

É, nesse âmbito de discussões, que o estudo da construção da identidade operária tem encontrado terreno fértil para ampliar e para aprofundar suas análises, priorizando as noções de experiência identitária e a percepção de que a identidade operária é construída e se constrói de forma inter-relacional com outras identidades coletivas, tanto por meio de peculiaridades locais quanto de macroinfluências.

Analisando diferentes concepções acerca da identidade, o sociólogo Stuart Hall constatou, entretanto, que esse é um conceito "muito complexo, pouco desenvolvido e mal compreendido na ciência social contemporânea" 41. Tal dificuldade de compreensão pode estar ligada, como afirma Hall, entre outros motivos, ao fato de que uma identidade "totalmente segura, completa, unificada e coerente é uma fantasia muitas vezes embasada em narrativas construídas a posteriori, que permite aos grupos sentirem-se seguros e reconfortados"42. Em outras palavras, considera-se, ao estudar a construção das identidades coletivas, que elas são sempre construções fluídas, mesmo que, muitas vezes, o grupo identitário tenda, discursivamente, à unificação e ao essencialismo e busque a construção de uma memória livre de contradições.

Lidar com toda essa dinâmica constitui uma matéria, extremamente, complexa. Por esse motivo, parece inevitável que os historiadores recorram à contribuição de outros campos de estudo, notadamente, à sociologia e à antropologia. Nesse caso, uma primeira questão diz respeito ao fato de que, quando se fala em identidades coletivas, não se pode esquecer que não existe uma separação, uma linha divisória clara e estabelecida entre as identidades pessoal e social. Tal alerta é feito pelo antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, no clássico "Identidade, etnia e estrutura social", no qual trabalha com a proposição de que "a identidade social não se descarta da identidade pessoal, pois esta também de algum modo é um refluxo daquela"⁴³. Para ele,

⁴¹ HALL, Stuart. A questão da identidade cultural. *Textos Didáticos*. Campinas: Revista do Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, nº. 18, 2ª ed., pp.7-22, fev., 1998, p. 8.

⁴² Ibidem, p.17.

⁴³ OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976, p. 5.

[...] a identidade é um fenômeno que emerge da dialética entre indivíduo e sociedade. Sendo formada por processos sociais e, uma vez cristalizada, é mantida, modificada, ou, mesmo, remodelada pelas relações sociais [...], dessa forma o conceito de identidade social ou coletiva está diretamente relacionado à noção de experiências ou de 'relações de identidade'. 44

Essa proposição pode ainda ser aproximada das ideias, mais recentemente, formuladas pelo antropólogo português José Manuel Oliveira Mendes, de que "[...] a identidade é socialmente distribuída, construída e reconstruída nas interações sociais. As identidades serão, assim, construções relativamente estáveis num processo contínuo de atividade social"⁴⁵. Isso significa que, para o autor, "o indivíduo forma sua identidade não da reprodução pelo idêntico oriunda da socialização familiar, do grupo de amigos etc., mas sim do ruído social, dos conflitos entre os diferentes agentes e lugares de socialização".

Portanto, a identidade social é vista como "um cruzamento de atributos pessoais e estruturais" e como

[...] uma tentativa permanente por parte do indivíduo de integração da multiplicidade de pertenças sociais e papéis a que está submetido. A busca do reconhecimento, da honra, é contínua, procurando o indivíduo redes de reconhecimento mútuo. Os participantes nessas redes procuram criar ideologias comuns, histórias comuns, que integrem e legitimem suas acões. 46

No estudo de doutorado, "Identidade e trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920)", realizado sob orientação de Silvia Petersen e defendido, em 2005, analisa-se a construção da identidade operária na capital do Rio Grande do Sul, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, optando por um enfoque que privilegiasse a noção de experiência identitária, na qual a interação das vivências pessoais e sociais, em seus múltiplos papéis e pertenças, fosse considerada de forma relacional.

Almejou-se seguir o conselho de Petersen, quando, no trecho, anteriormente, citado, ela apontou aos pesquisadores, que pretendiam se debruçar sobre a questão da identidade, a importância de discutir "as relações/diferenças entre o processo de

⁴⁴ Ibidem, p. 44.

⁴⁵ MENDES, José Manuel Oliveira. O desafio das identidades. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *A globalização e as Ciências Sociais.* São Paulo: Cortez, 2002, p. 504.

⁴⁶ Ibidem, pp. 509.

constituição da identidade individual e da identidade social, associar identidade operária com outras identidades, de etnia, sexo, religião, nacionalidade etc. etc."⁴⁷.

Para contemplar tal proposição, trabalhou-se com um instrumental analítico que priorizou três aspectos da construção identitária: o reconhecimento, a distinção e a memória coletiva. O reconhecimento foi pensado através das relações estabelecidas pelo sociólogo Pierre Bourdieu, tomadas de empréstimo de sua análise sobre a importância da identidade na construção e na utilização da ideia de região. Para Bourdieu, a identidade é um "ser percebido que existe fundamentalmente pelo reconhecimento dos outros". Entretanto,

> [...] o efeito de reconhecimento que o fato da objetivação no discurso exerce não depende apenas do reconhecimento consentido àquele que o detém; ele depende também do grau em que o discurso, que anuncia ao grupo sua identidade, está fundamentado na objetividade do grupo a que ele se dirige, isto é, no reconhecimento e na crença que lhe concedem os membros deste grupo assim como nas propriedades econômicas ou culturais que eles têm em comum.⁴⁸

No caso do estudo de doutorado, a importância de tal premissa encontra-se no entendimento de que, para haver a aceitação da validade do discurso identitário - ou da liderança daquele que o profere -, é preciso que o grupo de identidade tenha condições objetivas de reconhecimento das características unificadoras, que seriam, por exemplo, o pertencimento a um mesmo local de trabalho (ou ao grupo operário), a participação em divertimentos "tipicamente" operários, a utilização de símbolos identificadores em momentos de apresentação pública da coletividade operária etc.

Isso significa que o reconhecimento demanda ações práticas, operações de pertencimento que podem definir a aceitação ou a exclusão de um determinado membro do grupo. Em um estudo na área da psicologia social, Antonio da Costa Ciampa chama a atenção, justamente, para as condições objetivas de reconhecimento, que estabelecem os fatores de aceitação do indivíduo em seu grupo de identidade, salientando a existência de uma "expectativa generalizada de que alguém deve agir de acordo com o que é (e consequentemente ser tratado como tal), re-atualizando através de rituais sociais uma identidade pressuposta que assim é reposta"⁴⁹. Mas, além do reconhecimento, a distinção é outra característica importante na construção

⁴⁷ PETERSEN, Silvia. *Que a...* op. cit., p. 88.

⁴⁸ BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: Ibidem. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, 1989, p. 117.

⁴⁹CIAMPA, Antônio da Costa. "Identidade". *Psicologia Social*: O homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 66.

das identidades coletivas. Pierre Bourdieu, no texto citado anteriormente, também coloca a diferenciação como um fator decisivo nas construções identitárias. Segundo ele, "o mundo social é representação e vontade, e existir socialmente é também ser reconhecido como distinto"⁵⁰.

Tal diferença, de acordo Bourdieu, por vezes, ocorre pela via da estigmatização de comportamentos, de vivências e de hábitos. Entretanto, a própria estigmatização pode vir a ser um dos fatores constitutivos da identidade grupal, quando "o estigma produz a revolta contra o estigma, que começa pela reivindicação pública do estigma, constituindo assim um emblema [...] que termina na institucionalização do grupo constituído que sofre os efeitos econômicos e sociais da estigmatização"⁵¹.

A referida proposição, observada à luz do que foi examinado no trabalho de doutorado, foi pensada através da apropriação do estigma de demérito do trabalho braçal por parte dos operários, que passaram a reivindicá-lo como um valor positivo. Eles se baseavam na ideia de que o trabalho constrói a riqueza da sociedade e de que aqueles que o exercem merecem respeito. Tal noção transformou-se em um importante emblema de reconhecimento, ajudando na construção de sua identidade coletiva.

Trabalhou-se assim, inicialmente, com a hipótese de que a construção da identidade operária passa pela "auto-estima no trabalho" ⁵², buscando o reconhecimento e a valorização do grupo através do orgulho de sua capacidade para o trabalho – inclusive, pela apropriação do estigma de "trabalhadores braçais", que é transformado em insígnia.

A reivindicação de reconhecimento faz também com que os operários se distingam tanto dos "exploradores capitalistas" e das "classes perigosas" – aqueles que se encontram fora do mundo produtivo, os indigentes e/ou os delinquentes ou os que vivem de forma considerada desonrosa pela moral predominante no período, da prostituição, por exemplo⁵³ – quanto da imagem construída pelo discurso dominante,

.

⁵⁰ BOURDIEU, *O poder...* op. cit., p. 118.

⁵¹ Ibidem. p. 129

THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: *Peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. NEGRO, Antônio Luigi & SILVA, Sérgio (orgs.). Campinas: Ed. da Unicamp, 2001, p. 258 e 260.

⁵³ Sobre a versão, mais ou menos, generalizada para o uso do qualificativo "classes perigosas" em diferentes obras, cf., entre outros: para a Inglaterra, ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985. (Especialmente, o capítulo "As grandes cidades"). Para a França: CHEVALLIER, Louis. *Classes laborieuses et classes dangereuses* Paris: Librairie académique Perrin, 2002. Para o Brasil, GUIMARÃES, Alberto Passos. *As classes perigosas*: banditismo urbano e rural. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981. e CHALLHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Especialmente, o capítulo "Sobrevivendo...").

que os associa ao vício, à preguiça e à indisciplina sempre que eles ameaçam sair do controle e/ou reivindicam melhores condições de vida e de trabalho.

A segunda hipótese do trabalho era a de que as identidades coletivas não existem de forma isolada umas das outras. Nesse caso, a identidade operária foi pensada através da relação, da convivência ou do conflito, com outras identidades que interagem em sua construção, contribuindo para uma constante e recíproca transformação e reelaboração.

Assim, pela impossibilidade de compreender todas as relações identitárias em que estavam envolvidos os operários, optou-se, devido à importância percebida, ao longo do estudo, através do trabalho com as fontes, por analisar as interfaces étnica e de gênero entre as identidades operária.

Ao estudar os imaginários sociais, o historiador polonês Bronislaw Baczko propôs, entretanto, que é, através deles, que uma coletividade define suas distinções, pois "[...] elaborando uma representação de si mesma; marca a distribuição dos papéis e as posições sociais, expressa e impõe certas crenças comuns". Assim, para Baczko, designar uma identidade coletiva consiste em delimitar um "território" e as suas fronteiras, definir suas relações com os outros e formar imagens de amigos, de inimigos, de rivais e de aliados. Do mesmo modo, significa selecionar, conservar e modelar as lembranças do passado, assim como projetar, para o futuro, seus temores e suas esperanças⁵⁴.

Essa reflexão embasou o terceiro instrumental analítico utilizado para analisar a construção da identidade operária: a memória. Nesse caso, recorreu-se às análises do sociólogo Michael Pollak, especialmente, a sua proposição de que a valorização dos acontecimentos dos quais as pessoas nem sempre participaram faz com que esses ganhem força no imaginário de um grupo e se transformem em eventos comuns, socializados política ou historicamente, gerando a identificação dos indivíduos com um determinado passado, com uma memória herdada que serve, inclusive, para marcar distinções históricas com outros grupos, reforçando e justificando as relações de identificação e de oposição vivenciadas no presente⁵⁵.

Essa reflexão permitiu chegar à última hipótese trabalhada, a de que a construção identitária dos operários passa pela apropriação/invenção de símbolos e de uma memória, historicamente, herdada, que reafirmam seus sentimentos de pertença e de distinção, não apenas em âmbito local, mas de forma integrada a um sentimento

⁵⁴ BACZKO, B. *Los imaginarios sociales*: memorias y esperanzas colectivas. Buenos Aires: Nueva Vision,

⁵⁵ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Associação de Pesquisa e Documentação Histórica (APDOC), V. 5, nº.10, pp. 200-215, [s.m.], 1992, p. 201.

de contemporaneidade e de simultaneidade com o "operariado universal" – seus conflitos, suas contradições, suas campanhas –, auxiliando, assim, na formação de uma identidade coletiva que ultrapassa barreiras geográficas.

Para contemplar essa perspectiva, procurou-se trabalhar com a proposição de que a identidade operária é construída não apenas através das peculiaridades do local e do contexto em que se encontra o grupo operário, mas também da conjugação dessas peculiaridades com ideias, símbolos e memórias herdadas, que aparecem em diversos lugares e circulam em diferentes países. Tal circulação faz com que o grupo que se identifica como operário possa sentir-se como pertencente ao operariado internacional, percebendo-se, ainda, como opositor a uma burguesia também internacional.

Portanto, no estudo, a construção identitária dos operários de Porto Alegre foi pensada por meio de suas relações de reconhecimento e de distinção, bem como pela reivindicação de uma memória comum herdada, que reforça e justifica, no presente, a delimitação de "territórios" sociais e o estabelecimento de alteridades.

Para concluir, acredita-se que esse breve percurso por trabalhos que, ao longo das duas últimas décadas, aproximaram-se, em diferentes medidas, da questão da identidade, torna possível elaborar um balanço, ainda que parcial, das transformações pelas quais tem passado o estudo da história dos trabalhadores brasileiros no que se refere à construção de sua identidade coletiva.

Uma constatação importante diz respeito ao débito dos historiadores para com outras áreas de estudo, notadamente, a antropologia e a sociologia. São os antropólogos e os sociólogos que, ao fazerem incursões pelo campo da história, demonstraram, inicialmente, as possibilidades e as riquezas das análises que, mesmo não abrindo mão de uma explicação macrossocial, pensem os *sujeitos reais* em suas vivências cotidianas. Assim, esse enfoque, que entrecruza os olhares dessas diferentes áreas do conhecimento, vem demonstrando aos historiadores do mundo do trabalho, cada vez mais, a necessidade de estudar a questão da identidade de classe de forma inter-relacional e em suas múltiplas relações de pertença.

Recebido em 19/12/2009 Aceito para publicação em 17/02/2010